

## DOCUMENTAÇÃO

### Drogas: Dormindo com o inimigo

A opção de despenalizar as drogas como via para travar os elevados níveis de criminalidade associados ao tráfico destas substâncias, é uma ideia que se tem vindo a insinuar nas correntes do “politicamente correto”, especialmente quando os que a apoiam, são precedidos pelo prestígio da posse de um Nobel, ou de terem estado à frente da mais alta instância da ONU em matéria de direitos humanos...

Numa fatal aplicação da regra de “se não podes vencer o teu inimigo, junta-te a ele”, a Comissão Global sobre Política de Drogas (CGPD), integrada por figuras como o antigo secretário-geral da ONU, Koffi Annan, anteriores líderes do México, Colômbia (entre os membros da CGPD encontra-se o ex-presidente colombiano César Gaviria, em cujo mandato de 1990 a 1994, foi morto Pablo Escobar, chefe do cartel de Medellín. A colaboração entre forças do governo e antigos assassinos do narcotráfico obteve a decapitação da organização, embora os indivíduos que participaram na operação tenham engrossado depois um temido grupo paramilitar — as Autodefensas Unidas de Colômbia —, e o cartel rival do de Medellín, o de Cali, que gozou de maior espaço para continuar com a sua atividade delituosa), Brasil e Chile, e o romancista peruano Mario Vargas Llosa, entre outros muito conhecidos, joga a toalha, ao afirmar que “o método mais eficaz para reduzir os extensos danos causados pelo regime mundial de proibição de drogas e para promover os objetivos de saúde pública e segurança, é controlar as drogas através de uma regulamentação legal responsável”.

Segundo as recomendações esboçadas pela organização — que espera influir numa mudança de perspetivas durante a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Drogas em 2016 —, seria já a altura de permitir e incentivar “experiências de regulamentação legal” com drogas como o cannabis e a folha de coca, para o que se deveria aprender com os êxitos e fracassos da regulamentação do álcool e do tabaco, um parentesco de casos — “se estas substâncias que causam dependência são permitidas, por que não as outras?” — que só encara os hipotéticos benefícios do *laissez-faire*.

Ao fazerem comparações, os membros da CGPD não reparam nas dificuldades que já acarretam o tabaco e o álcool para a

sociedade, entre as quais, o encargo económico que representam tais dependências para os sistemas de saúde — em hospitalização de doentes afetados direta ou indiretamente pelo consumo ou por acidentes derivados deste, em intervenções cirúrgicas, em tratamentos, etc. —, nem observam a sua negativa incidência nas taxas de produtividade.

Se estas são as marcas que vão deixando as aceites drogas “leves”, como serão as provocadas por uma despenalização geral das que possuem um poder alucinogénio e alienante ainda maior?

### Como violar as regras (já brandas)

Uma experiência de regulamentação do tipo solicitado pela CGPD tem lugar agora mesmo na Catalunha. Ao abrigo da lei antitabaco de 2011, promulgada pelo governo do PSOE e que dava o seu aval à criação de espaços privados para fumadores, vários grupos pró-cannabis interpretaram que a legislação apenas excluía as drogas “duras”, não a marijuana, e assim formaram-se clubes cujos requisitos de pertença se limitam a que o interessado seja maior de idade e que dê acreditação de ser já fumador, pois não se permite o proselitismo nem a publicidade.

Consequência, só Barcelona conta com 160 locais onde se consome cannabis — a meca dos *coffee shops*, Amesterdão, tem 190 — e, em toda a Catalunha, o número de sócios ultrapassa os 165.000. Contudo, ao contrário do dogma de que a regulamentação pode implicar um golpe no tráfico ilegal e nos seus efeitos, o carácter de tolerância destes sítios não significa que tudo corre bem.

Assim, em agosto, o município de Barcelona ordenou a suspensão imediata de 49 clubes por “deficiências” no seu funcionamento. Entre as irregularidades detetadas, enumerou-se a publicidade e captação de clientes, principalmente entre os turistas; a venda da droga a menores de idade e a membros alheios aos clubes, a presença de traficantes, a venda de outras drogas, incómodos aos vizinhos, etc.

No outro lado do Atlântico, o estado norte-americano do Colorado fornece evidências sobre o gênero. Segundo o relatório anual da Junta Internacional de Fiscalização de Estupefacientes (JIFE) correspondente a 2013, nesse estado, que legalizou o uso do cannabis “com fins médicos”, aumentaram os acidentes automobilísticos em que aparecem envolvidos condutores que deram positivo em testes de detecção dessa droga, assim como também tem aumentado o número de adolescentes que entram em centros de reabilitação para tratar a sua dependência “médica” da marijuana.

A JIFE não comunga de forma alguma com as iniciativas de despenalização do cannabis por parte de alguns países — “poriam em grave perigo a saúde pública e o bem-estar da sociedade” — e é exaustiva no seu relatório sobre os prejuízos provocados pela toxicod dependência, que vão além dos causados ao consumidor.

### Antídoto contra o narcotráfico?

Meses atrás, a interminável fila de automóveis que tentavam entrar em território espanhol a partir de Gibraltar avançava a passo de tartaruga, sempre que a Guarda Civil se empenhava em detetar os carregamentos ilegais de cigarros que, a passar, se venderiam em Espanha a menor preço do que o das tabaqueiras e sem impostos de nenhum tipo. Perdas para o Estado, para os donos das tabacarias, para o setor do tabaco espanhol...

Curiosamente, falamos de um produto de consumo legal. Não há autoridade que se dedique a perseguir os fumadores nem os vendedores legais e, contudo, os grupos criminosos encontram a forma de lucrarem com ele, criando redes que o produzem, transportam e põem à venda sob controlo. Talvez não haja exemplo mais simples do que este para desmontar o mantra dos defensores da despenalização das drogas, de que, regulamentadas estas em devida altura pelo Estado, o crime organizado perderia espaço e veria “minados” o seu poder e os seus ganhos. Só que “o diabo nunca dorme”, dizem os mais velhos...

Em tal sentido, além de que o tráfico ilegal não desapareceria, tão-pouco haveria motivos para se atenuarem as consequências do consumo de estupefacientes na segurança pública. Hoje, 17,5% dos reclusos nos EUA afirmam ter cometido delitos com o propósito de obter dinheiro para comprar drogas. É o que a JIFE define como delito “económico-compulsivo”, aquele em que costumam incorrer os toxicod dependentes para garantirem um fornecimento estável do narcótico. Na Grã-Bretanha, calcula-se que este tipo de transgressões envolve um custo anual de 20.000 milhões de dólares, um encargo que deriva principalmente dos casos de fraudes e roubos.

### Da “felicidade” à esquizofrenia

Além dos efeitos negativos na segurança pública e na paz social, o fio dos estupefacientes que se consomem mais ou menos clandestinamente numa ruidosa discoteca europeia ou na luxuosa banheira de um milionário ator norte-americano — que depois virá nos títulos dos meios informativos acompanhado da palavra *overdose* —, acarreta, por um lado, a deterioração do ambiente, em especial das zonas florestais dos países em vias de desenvolvimento.

Assim, na Bolívia, no Peru e na Colômbia, o cultivo do arbusto da coca provocou o desmatamento de vastas extensões de floresta, ao mesmo tempo que a elaboração do narcótico nesses mesmos locais não respeita devidamente os protocolos sobre resíduos perigosos, pelo que os componentes químicos utilizados no processo são lançados indiscriminadamente para os solos e as águas, que deste modo se acabam por contaminar.

O outro extremo do fio vai parar à saúde humana. A paulatina associação, incentivada pelos meios de comunicação, que se vai fazendo entre drogas como o cannabis e a terminologia médica — daí a marijuana de “uso terapêutico” —, está a levar a que haja um maior receio dos efeitos cancerígenos do tabaco relativamente aos do cigarro de marijuana. Um inquérito de 2013 nos EUA, revelava que 60% dos adolescentes acham o cannabis não prejudicial para a saúde.

Mas é e em maior grau do que o tabaco. Em 2002, quando o governo britânico admitiu despenalizar a posse de marijuana, a neurologista britânica Susan Greenfield, ex-diretora da Royal Institution of Great Britain, disse que essa droga interfere na comunicação elétrica e química entre os neurónios, pelo que o seu consumo reduz memória, coordenação e capacidade de concentração, podendo desencadear a esquizofrenia.

Com estes dados, refere-se que a situação só poderá piorar se, como pede a CGPD, as substâncias estupefacientes — não só a que no Brasil designam com humor por *planta da felicidade* — passarem a ficar regulamentadas pelo Estado. Seria “selo de garantia” para uma mercadoria enganadora, que provoca hoje anualmente 211.000 mortes no plano global (na Europa, a média etária das pessoas que falecem devido a consumir drogas é de 35 anos) e gastos de 35.000 milhões de dólares em tratamentos hospitalares, e mesmo quando só o recebem, um em seis toxicod dependentes.

### Diferenciar entre os elos

Nem “deixar fazer”, nem reprimir cegamente: é melhor ter políticas diferenciadas que atendam, se possível, o que é particular. Seria importante, neste sentido, a sugestão feita pela CGPD acerca da recusa a operações de “mão dura”

dirigidas indiscriminadamente contra todos os elos da cadeia: produtores, traficantes e consumidores. A Comissão propõe que as soluções se concentrem em enfrentar os elementos mais violentos, perturbadores e problemáticos do mercado, sem chegar a militarizar as ações e sem penalizar os camponeses, que têm nessas culturas um meio de sobrevivência.

Quanto ao desincentivo do consumo, há já experiências com interesse, como a do programa HOPE, aplicado no Texas, que dá a certos reclusos com problemas de toxicod dependência a liberdade condicional, se se comprometerem à abstinência, controlada pelo requisito de terem de ligar diariamente para um número telefónico e perguntar se esse dia corresponde à verificação individual.

L. L.

## O Philip Morris da marijuana

Há algum tempo que não leio uma entrevista com um presidente de uma empresa tabaqueira. Embora a sua atividade seja legal, dá a impressão de que operam na clandestinidade. Por muitos consumidores que tenha, não é fácil defender um produto empacotado com advertências alarmantes de “o tabaco mata”. A imagem que transmitem os meios de comunicação sobre o hábito de fumar é hoje esmagadoramente negativa. Se não se trata de uma informação sobre os estragos que o tabaco causa na saúde, será uma denúncia sobre os truques dos produtores de tabaco para envolver os jovens, ou uma reportagem explicativa sobre os diversos modos de abandonar o tabaco.

As campanhas contra o tabaco levam-no a ser feito de modo cada vez mais caro, mais proibitivo para os menores, com regulamentações publicitárias mais estritas.

Pelo contrário, li ultimamente entrevistas com empreendedores que querem explorar legalmente nos EUA o comércio da marijuana, apresentado como o próximo grande filão. Vinte estados já aprovaram o cannabis sob o pretexto do “uso terapêutico” e os estados de Washington e Colorado legalizaram-no abertamente para uso recreativo. Embora continue a ser ilegal para a lei federal, já há quem encare proximamente a sua legalização e esteja a tomar posições para essa altura.

Agora é passar do camelo para a *big business*. O “The Wall Street Journal” (14.3.2014) publicou uma entrevista com Justin Hartfield, que, no momento, era o promotor do Weedmaps.com, *web* onde os consumidores californianos de marijuana para “uso terapêutico” podem encontrar informações sobre os médicos dispostos a receitá-la, os “dispensários”

onde obtê-la, as qualidades das diversas culturas e os preços. No ano passado, a *web* teve receitas de 25 milhões de dólares. E isso não é nada em comparação com o que poderia obter se passasse a vender diretamente a marijuana.

O próprio Hartfield reconhece que o pretexto de uso terapêutico atual é uma “farsa”, embora certos extratos do cannabis aliviem sintomas de algumas doenças. A jornalista também adverte que nenhuma das pessoas com as quais falou possuidoras de um cartão médico para comprar marijuana estava realmente doente. Ela própria arranhou um, pagando 150 dólares e visitando um médico perante o qual alegou “*stress* profissional”.

Juntamente com o “uso terapêutico” em doenças raras, Hartfield poderia mencionar também os não poucos danos que a marijuana causa, sobretudo aos jovens. Segundo estudos publicados em revistas médicas, a marijuana expõe o consumidor ao risco de psicose, a mudanças na anatomia do cérebro, a danos no coração e nos pulmões, e afeta a aprendizagem, a memória e a capacidade de discernir. Mas nada disto é mencionado no Weedmaps.

Neste aspeto, é mais sincera a *web* da Philip Morris, reconhecendo que “fumar provoca dependência e causa doenças graves, como as cardiovasculares, o cancro do pulmão e o enfisema”.

A jornalista fala de Hartfield como o homem que quer “vir a ser o Philip Morris da indústria da marijuana nos Estados Unidos”. A referência à empresa líder do tabaco talvez não o favoreça nesta altura. Mas reconheça-se que Hartfield, para defender o seu negócio, utiliza argumentos já clássicos na indústria tabaqueira: “Estamos nos Estados Unidos, não é verdade? Aqui é permitido fazer negócios para ganhar dinheiro e é permitido às pessoas tomar decisões por si próprias. E sabemos que a proibição não funciona, como se viu com o álcool”.

O que realmente funciona, como se viu pelas campanhas das tabaqueiras, é disseminar as engrenagens políticas. No ano passado, segundo o “The Wall Street Journal”, o Weedmaps gastou um milhão de dólares em *lobbies* e donativos para causas políticas de modo a favorecer os seus pontos de vista. Mas, neste caso, ninguém denunciou isto como compra de vontades públicas.

O passo seguinte, já anunciado por Hartfield, será encorajar proeminentes empresários e celebridades a saírem do armário e reconhecerem que fumam marijuana. Se no passado admitir que se tinha fumado um charro na universidade podia arruinar a carreira de um político, agora dar-lhe-ia um toque de pioneirismo.

O que é evidente é que legalizar a marijuana não a tornará mais saldável. Simplesmente, estender-se-á mais o consumo. Sairemos a ganhar com isso?

Afastar as pessoas do uso do tabaco é luta longa e difícil, mas está a ter sucesso. Segundo um extenso inquérito federal recém-publicado, nos EUA houve descida generalizada deste hábito, que ainda abrange 22% dos homens e 18% das mulheres. A análise dos dados mostra que os setores de maior poder aquisitivo e de educação mais elevada, abandonaram o tabaco em maior percentagem que os de rendimentos baixos e nível de formação inferior.

Hoje, o cigarro perdeu o seu *glamour*. Pelo contrário, o fumo da marijuana, que prejudica não só os pulmões, como também o cérebro, beneficia de uma aura de estímulo libertador. Mas dentro de alguns anos chegará o momento de empreender campanhas anti-marijuana. O mais provável é que, nessa altura, a Philip Morris tenha comprado os negócios dos Hartfield e de outros empreendedores que lhes estão a criar a sua futura clientela.

I. A.